

SEXUALIDADE AQUILO QUE A SOCIEDADE ENXERGA COMO ESCOLHA INTRAPESSOAL

Eminy Karoline da Silva Oliveira Souza¹; André Masao Peres Tokuda^{2*}

¹ Graduanda em Psicologia, Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS, ² Doutor em Psicologia – UNESP, docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

*autor correspondente: andremasao@hotmail.com

RESUMO

O objetivo do trabalho foi discutir sobre a construção histórica e social da ideia de “sair do armário”, problematizando o porquê as pessoas homossexuais precisam “assumir” sua sexualidade perante a sociedade, família e amigos. Dentro desse âmbito colocamos também o discurso imposto a partir da verdade estabelecida pelo poder dominante, que acaba instituindo o normal e anormal a sua visão e estabelecendo a cultura da heteronormatividade. Partindo desse pressuposto de verdade de acordo com os discursos normativos, foram criados tabus acerca da sexualidade, como dialogar sobre o assunto em um âmbito geral, por exemplo, gênero, identidade, grupos dentro do LGBTQIA+ e tudo o que se decorre a partir disso. Com essa repressão sobre o assunto, se acarreta o medo, a homofobia, os crimes de ódio, provenientes de um não “normal” a respeito da orientação sexual do outro sujeito. O intuito do artigo foi salientar sobre o motivo da necessidade de se assumir algo, tendo em vista que a sexualidade normativa heterossexual, não precisa desse impulso. Sabemos que a sexualidade é algo inato e que nasce com todo e qualquer indivíduo, e independente de sua orientação isso só diz respeito a ele mesmo, e o que ele quer e deseja.

PALAVRAS-CHAVE: sexualidade; armário; LGBTQIA+; heteronormatividade.

1 INTRODUÇÃO

Buscamos compreender a construção histórica da sexualidade, suas relações e delimitações, e como se construiu o discurso da heterossexualidade como norma, levando a repressão sexual em outros contextos. Discute-se, também, o papel da família nessas questões.

Michel Foucault (1988), filósofo, autor do livro “A história da sexualidade, vontade do saber – volume I”, acreditava que ao contrário de ser reprimida a sexualidade na verdade foi estimulada por uma vontade de saber, como parte de

estratégias de controles e poder, mostrando que desde o século XVII há um movimento constante e crescente que pede que a nossa sexualidade seja exposta. “Não se deve descrever sexualidade como ímpeto rebelde, estranho por natureza indócil por necessidade, a um poder que, por sua vez esgota-se, na tentativa de modificá-la e muitas vezes fracassa em dominavam inteiramente.” (FOUCAULT, 1988, p. 98).

Juliana (2008) demonstra como os poderes dominantes mudavam e delimitavam os discursos existentes. Entre o século XIII e XIX exerciam constante

repulsão ao dito “anormal” denominado sexo com fetiches, vontades, com intuitos que não fossem a procriação e pela prática sexual de pessoas do mesmo sexo.

Falar sobre sexo nesse contexto baseava-se somente em um discurso unicamente destacando a moral e mais propriamente a da alçada da racionalidade. Ainda para Foucault (1988), o sexo delimitava o certo e o errado a partir da sua percepção de verdade dos discursos impostos pelo poder regente:

Não existe uma estratégia única global válida para toda a sociedade e uniformemente referente a todas as manifestações do sexo a ideia por exemplo de muitas vezes se haver tentando por diferentes meios reduzir todo sexo a sua função reprodutiva a sua forma heterossexual e adulta e a sua legitimidade matrimonial não explica sem a menor dúvida os múltiplos objetivos visados os números meios postos em ação nas políticas sexuais concernentes aos dois sexos as diferentes idades e as classes sociais (FOUCAULT, 1988, p. 98).

Dentro desse contexto Foucault (1988, p. 37-38) nos traz “O século XIX e o nosso foram, antes de mais nada, a idade da multiplicação, uma dispersão de sexualidades, um reforço de suas formas absurdas, uma implantação múltipla das “perversões”. Nossa época foi iniciadora de heterogeneidades sexuais.”. O autor descreve que os poderes canônicos, cristãos e as leis civis regiam e supervisionavam as relações matrimoniais, isso é, cada atitude e ação eram descritos detalhadamente a fim de haver uma prescrição, já que o sexo conjugal era o foco das restrições e regras exercidas naquela época. De acordo com Foucault (1988, p. 38-39):

Romper as leis do casamento ou procurar prazeres estranhos mereciam de qualquer modo, condenação. Na lista dos pecados graves,

separados somente por sua importância, figuravam o estupro (relações fora do casamento), o adultério, o rapto, o incesto espiritual ou carnal, e também a sodomia ou a “carícia” recíproca. Quanto aos tribunais, podiam condenar tanto a homossexualidade quanto a infidelidade, o casamento sem consentimento dos pais ou a bestialidade.

A ideia de existir uma maneira de punir as “perversões” era estrategicamente para aniquilar socialmente o que era fora do padrão estipulado. Os hermafroditas, por exemplo, ou intersexos (termo correto para referir a uma pessoa biologicamente com dois sexos) eram considerados filhos do crime, segundo Foucault (1988), já que sua forma biológica confundia a lei de estipular o correto naquele corpo.

Após um período, foi se em busca de outras sexualidades chamadas periféricas, que Foucault (1988, p.42) denomina de “[...] incorporação das perversões e nova especificação dos indivíduos”, dentre eles, a homossexualidade, que de acordo com a especificação descrita, está em todo o sujeito, falas, trejeitos, vestimentas, face e corpo, como de sua natureza, que já não se dá para manter a discrição do que lhe condena. Foucault (1988) cita quando o termo homossexual se deu início:

É necessário não esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constituiu-se no dia em que foi caracterizada — o famoso artigo de Westphal em 1870, sobre as “sensações sexuais contrárias” pode servir de data natalícia — menos como um tipo de relações sexuais do que como uma certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de interverter, em si mesmo, o masculino e o feminino. (p.42)

A homossexualidade emerge então quando se distancia da sodomia (coito anal) para ser considerada como um intersexo da alma, sendo uma das

vertentes meios da sexualidade, “O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie” (FOUCAULT, 1988, p. 42-43).

2 HETERONORMATIVIDADE E O PRIVILÉGIO DE NÃO TER ARMÁRIO

Dentro das vertentes a que diz respeito a sexualidade e dando o sentido de conhecimento a respeito de si, desejos e suas representações no mundo, existem diferentes maneiras de pontuar a sexualidade, gênero e identidade. Gênero é uma construção social coletiva para denominar o feminino e masculino, para Alves, Azevedo e Silva (2018, p. 14) é descrita como:

Termo que surge em 1947 com John Money e aprimorado por Robert Stoller em 1968, a partir de experimentos psicológicos e observações clínicas de pessoas intersex. Em 1970, com forte influência dos movimentos feministas, têm-se o conceito mais aceito atualmente. Na final década de 1980, é apresentado como categoria analítica e sistemática pela historiadora Joan Scott. Tem o intuito de distinguir a dimensão biológica da dimensão social, entendendo que homens e mulheres são produtos de construções sociais.

Ainda para os autores Alves, Azevedo e Silva (2018), a identidade de gênero não está ligada aos órgãos genitais em que o sujeito nasceu (feminino ou masculino), mas sim ligado à maneira em como o sujeito se enxerga, sendo o gênero que se identifica como pertencente.

Produzido e vigiado por estas instituições, o gênero – enquanto dispositivo que envolve discursos, normas e práticas reguladoras – age sobre os corpos, afirmando e fazendo circular noções culturalmente inteligíveis, padrões culturalmente reconhecíveis de identidades apresentadas como normais e

desejáveis. Esses padrões são estabelecidos dentro do registro do que a autora denomina de heterossexualidade compulsória ou de matriz heteronormativa (SANTOS, 2016, apud BUTLER, 2003, p. 3).

Judith Butler (2003) relata que as características de gênero e identidade, cria a identidade daquele indivíduo, instigam as relações de poder a partir desse contexto, que produz então as preferências de inclusão e exclusão, criando um grupo de “papéis sociais” e com isso as classificações em ordem sociais, por exemplo, masculino e feminino.

No decorrer da história, os discursos não mudaram muito, entretanto, mais leis e direitos foram estipulados acerca da população LGBT. Movimentos pelos direitos homossexuais vem sendo crescentes desde o século XIX, contudo só tomaram forma de fato na década de 1920.

Saggese (2009) nos relata sobre um acontecimento em 1969, após um conflito duradouro de cinco dias entre pessoas LGBT frequentadores de um bar chamado Stonewall em Nova York/Estados Unidos (EUA) e policiais, se deu o dia Internacional de Orgulho Gay, marcado no dia 28 de junho. O conflito ocorreu pela existência de uma repressão sobre pessoas LGBT em lugares públicos, cansados de sempre serem agredidos, xingados e retirados de lugares a força, decidiram então resistir e lutar pela liberdade de expressão, momento em que ocorreu o conflito, que se tornou histórico pela força mostrada como ato de resistência e representação.

O ato inspirou em diversas partes do mundo a similaridade desses movimentos. Assim em 1990 a homossexualidade, chamada antes como homossexualismo (ismo, que antes remetia a doença), foi retirada da lista de doenças do CID-10 pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Somente em 1999 o Conselho Federal de Psicologia (CRP)

construiu uma resolução na qual nenhum profissional pode tratar como patologia as práticas homossexuais, também em 5 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou por unanimidade a união estável entre pessoas do mesmo sexo no Brasil, reconhecendo a família homoafetiva.

Em 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Eleitoral (STF) equiparou o crime de homofobia ao de racismo, até que o Congresso Nacional aprove a lei específica contra as condutas homofóbicas. O mês de junho é caracterizado como mês do orgulho, marcado de eventos, movimentos e ações voltadas ao público LGBTQI+, entre eles a famosa parada gay, que celebra o orgulho de ser quem é.

De acordo com Saggese (2009), com a força obtida através desses projetos a questão de identificação homossexual, ganhou lugares em diversos âmbitos sociais, incluindo a política. Desse modo, ainda inclui que as práticas homossexuais deveriam ser vistas muito além de uma minoria e ser diferenciada da normatividade hétero, que busca cada vez mais a visibilidade, direitos e transformações nas bases culturais da nossa sociedade. Como diz Pollak (1987, p. 72):

A literatura sobre a homossexualidade segue e ao mesmo tempo contribui para formular as definições sociais da identidade homossexual. No final do século XIX e no início do século XX, importava justificar ou combater cientificamente os estigmas destinados a um grupo social designado como "homossexual", elaborando uma geografia sexual cujos territórios se definiam em função de sua realização com a natureza. Os trabalhos atuais se inscrevem nas tentativas de transformação do estigma em critério de filiação a um grupo social em vias de emancipação.

Saggese (2009, p. 33.) relata que "se no passado a homossexualidade era

encarada muito mais como uma prática transitória, agora ela constituía parte integrante da personalidade dos sujeitos, de modo que um conflito entre as esferas públicas e privadas se tornou mais evidente." O autor nos traz que antes o que era visto como uma "fase ou escolha", hoje é encarado e mostrado a sociedade como parte integral do sujeito, fazendo com que a normatividade estabelecida desde sempre entre em conflito.

A despeito do reconhecimento como sujeitos participantes de um contexto social, existem esferas que ainda não foram ultrapassadas, tanto pessoais, quanto questões sociais. Após o acontecido em Stonewall, foi pensado sobre um suposto (armário) no qual pessoas LGBT se escondiam. De acordo com Freitas (2014) o termo armário/sair do armário (*coming out of the closet*), sinaliza a revelação de algo que estava escondido, que originalmente era direcionado a debutantes que seriam introduzidas na vida social.

O termo foi direcionado aos gays justificando que seria onde ainda muitos se "escondiam", devido as diversas repressões sexuais ainda existentes na sociedade. Também era considerado, segundo Junior (2012 apud CARMO, 2017), com o objetivo de regular comportamentos, situações e ações dos indivíduos que estavam dentro desse armário. "[...] o 'armário' como um dispositivo de regulação da vida de gays e lésbicas que concerne, também, aos heterossexuais e seus privilégios de visibilidade e hegemonia de valores." (SEDGWICK, 2007 apud CARMO, 2017, p. 18-19). O autor nos traz o famoso "privilégio Hétero" em ser e se mostrar onde e o que quiser ser, diferente das pessoas homossexuais que usavam do armário muitas vezes como forma de proteção e acolhimento.

Embora atualmente possa parecer algo simples o chamado "sair do armário", existem muitas questões de cunho pessoal e social que interferem sem desvios na tomada de decisão. A

identificação de que se é um sujeito “diferente”, como isso irá interferir na sua vivência, como isso irá afetar diretamente ele, (agressões, xingamentos, sobreposições sociais, agressões psicológicas), e o mais importante, a autoaceitação e aceitar suas delimitações a partir da decisão.

Saggese (2009) destaca também que autoaceitação é de papel importantíssimo para a causa no geral, e salienta do mesmo modo que em uma época que era impensável ser autêntico com sua orientação no meio social, os únicos meios de ser era entre becos e lugares escuros e escondidos, fazendo assim uma ligação entre “se esconder e estar no armário” a um sentimento de “liberdade, resistência a opressão”.

Esse conflito acerca do armário e tudo o que ele representava trouxe questões a serem discutidas dentro do meio LGBT, conforme afirma Eribon (2008, p. 67):

[...] o armário foi com tanta frequência denunciado pelos militantes homossexuais como o símbolo da ‘vergonha’ e da submissão à opressão que se acabou esquecendo ou negligenciando que ele também pode ser, e ao mesmo tempo, um espaço de liberdade e um meio- o único- de resistir e de não se submeter às injunções normativas [...].

Cabe se pensar que o armário de fato seria então reconhecido como lugar de proteção por muitos sujeitos que identificavam o perigo que era se mostrar no meio social, logo, com isso os militantes do movimento gay acreditavam também que se esconder era vergonhoso, partindo de um pressuposto de que a sociedade tinha implantado a imagem de que ser homossexual estava fora dos padrões e se esconder e inibir as práticas seria a melhor decisão, em sua maioria para sua própria proteção, quando isso não cabia ao poder dominante decidir sobre toda uma população (ERIBON,

2008).

Pollak (1987, p. 72), ainda nos mostra uma outra perspectiva a respeito do coming out (saindo) em tradução literal:

Estimular o *coming out*, concebido como a aceitação individual da identidade homossexual, mas também da participação num movimento social que possibilita a um grande número fazer essa identificação de um modo positivo, contribui para fazer intervir o critério de identificação social na percepção e na definição de todo relacionamento social.

Vale ressaltar que o sujeito ter total aceitação de si, se reconhecer enquanto LGBT e toda essa perspectiva, nesse processo é extremamente importante, validar suas emoções, seus convívios e identificar se ele precisa ou quer realizar essa ação, contribui como forma de fortalecimento para a comunidade de maneira positiva, encorajando outros sujeitos a se encontrarem e construir sua própria identidade social. O visto sair do armário era considerado a terceiros como forma de representatividade, já que só assim as pessoas homossexuais poderiam se “mostrar” naquele lugar e lutar pelos direitos de tais. (POLLAK 1987)

Juntamente com essas fases históricas vem também o questionamento de por que a necessidade de se assumir algo? Partindo do ponto de que na heteronormatividade não existe esse pensamento. A ideia que foi implantada e até produzida dentro da própria comunidade LGBT sobre o posicionamento de sair ou ficar dentro armário, causa ainda mais angústias no sujeito que constantemente acaba sendo jogado para fora desse ambiente em que ele poderia ser de outras maneiras e se sentir seguro, tirando mais uma vez toda a sua vontade, sua decisão e obrigando a tomar posse de um lugar em que ainda não o cabia e a rotulá-lo por algo que não estava pronto.

De acordo com o autor ainda que o

sujeito saia desse armário, ou que também não veja a necessidade de sair, sempre irá existir um “armário eterno” onde descrito por Saggese (2009 p.76 apud SEDGWICK 2007, p. 16-17).

Mesmo estando tão fora do armário, eu ainda fazia barganhas. Escondido, eu micromanejava minha identidade gay, pensando sobre quem sabia e quem não sabia. Quando saí do armário, fiquei exultante por não ter mais que pensar acerca da minha orientação. Essa comemoração se provou prematura. Era impossível sair do armário e estar tudo acabado, pois cada nova pessoa erguia um novo armário ao meu redor. Mais sutilmente, até mesmo indivíduos que sabiam que eu era gay impunham uma nova lista de demandas para que eu me conformasse à heterossexualidade.

Saggese (2009) nos explica o medo e o constante receio da necessidade de se assumir, vindo em mente sempre o questionamento de “por quê? Oque isso irá mudar?”. Oque podemos observar é que as lutas individuais do sujeito irão continuar, a busca do seu espaço na sociedade e o respeito sempre será taxado pela heteronormatividade compulsória a respeito do merecimento de condições de vida básicas.

Comumente com o título acima, mais uma vez é visível o privilégio heterossexual de não ter armário algum, as causas desse conflito interno no sujeito gay traz à tona sentimentos e ações perturbadoras e muitas vezes fatais. Santos (2016) nos traz o a ideia acerca da naturalização da heterossexualidade ser instaurada como norma e quem não segue essas regras estipuladas são segregados e inutilizados socialmente.

3 NORMATIVIDADE E FAMÍLIA, SITUAÇÕES IMPOSTAS E AS CONSEQUÊNCIAS TRAZIDAS A POPULAÇÃO LGBTQIA+

A respeito a relação que pessoas

LGBT tem com suas famílias, Nascimento e Scorsolini-Comin (2018, p.3) colocam que “A revelação da orientação sexual pode permitir que o sujeito se sinta protegido pela família e pelas pessoas que o cercam na sociedade e que mantenham bons resultados de saúde de modo geral, além de vivenciar e sentir o apoio recebido.”, assim como existem bases familiares que irão dar todo suporte necessário ao sujeito que está se dispondo a se “assumir” e ser ele mesmo de uma forma abrangente a sociedade, existem também famílias em que não aceitam e acolhem essas pessoas. Nascimento e Scorsolini-Comin (2018, p. 6) citam:

Para os jovens que decidem pelo *coming out*, a frustração pode ser grande diante do impacto causado aos familiares, que, em muitos casos, não conseguem tornar o ambiente acolhedor, do modo que é esperado por esta instituição. Comumente, os familiares exteriorizam agressões, ameaças e outros muitos tipos de violências que evidenciam a intolerância, frustração e medo por se depararem com a existência de um(a) filho(a) homossexual.

É muito viável levar em consideração a bases estrutural histórica dessa família, todos os anseios com relação a sexualidade, como lidar com certas questões e se adaptar com outras formas de verem as questões que antes não entrava no dito “normal”. De acordo com Modesto (2008 apud TOLEDO; FILHO, 2013, p. 383).

As reações dos pais frente à revelação da filha ou do filho acerca de sua orientação homossexual são diversas, e cada conjunto de reações depende de cada caso: os tipos de vínculos entre pais e filha(o), os sentimentos que afetam os membros da família entre si, a relação entre os irmãos, o comprometimento com os fundamentalismos religiosos, com o moralismo social,

com a tradição, com a ética e valores de respeito aos direitos humanos, à autonomia e às decisões individuais, entre outros aspectos.

O sujeito que se dispõe a se aceitar e encarar a realidade de ser quem é independente das questões sociais que são impostas diariamente, a normalidade e regras que devem ser seguidas para que seja aceito e bem-vindo, certamente possui uma carga emocional e psíquica muito grande por esconder segredos, carregar o perfil de ser outra pessoa durante certo período, para ser bem aceito.

É de muita valia levar em consideração a saúde física e mental de quem se dispõe a passar por todos esses desafios diariamente. Em estudos independentes de uma Organização Não Governamental (ONG), o Grupo Gay da Bahia (GGB, 2018), relata que em 2018 foi constatado que a cada 20 (vinte) horas uma pessoa morre no Brasil por ser LGBT, comprovando o preconceito veemente na população Brasileira, considerando a outros países.

Não podemos esquecer que, além das mortes, existem as inúmeras violências que o grupo *queer* sofre diariamente e que esses números não são contados e computadorizados. De acordo com Grupo Gay da Bahia (GGB, 2018) podemos citar alguns exemplos como a violência verbal, sendo direcionado ao sujeito algum tipo de xingamento, adjetivo ou palavras de não aceitação, outro tipo de violência muito predominante nesse contexto é a violência psicológica, a mais comum em ambientes em que o sujeito deveria se sentir “seguro”, dentro de casa, no grupo familiar e social. Lugar onde essas formas de violências se tornam gatilhos ferozes para uma auto mutilação e pode ser que conseqüentemente possa a vir a suceder um suicídio, que é significativamente mais alta que a taxa de suicídios de jovens heterossexuais.

Segundo Santos (2016 p.4) “Quem atravessa os limites instituídos e não segue o sistema de coerência heteronormativo corre o risco de não ser considerado inteligível, possível, normal. A expressão dos corpos e dos desejos é restringida, relegando manifestações de gênero alternativas e relações homoafetivas à marginalidade” o que diz respeito a seletividade social quando falamos sobre reconhecimento, merecimento e respeito advindo de diversas áreas em que as pessoas homossexuais estão inseridas, quando essas “normas de gênero” impõe como deve se portar os LGBTI em público reprimindo e decidindo as ações por eles, e por outro lado o heterossexual está livre e bem aceito a se representar da maneira em que quiser, essa heteronormatividade compulsória explicada.

A autora Santos (2016 apud BUTLER, 2003, p. 45-46.) nos traz uma visão de acordo como a heterossexualidade compulsória estabelece poder nos comportamentos dos sujeitos *queer*:

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas e do desejo heterossexual. O ato de diferenciar os dois momentos opacionais da estrutura binária resulta numa consolidação de cada um de seus termos, da coerência interna respectiva do sexo, do gênero e do desejo.

O que Santos (2016) nos traz que a noção do binarismo de comportamentos femininos e masculinos são estipulados a partir de noções culturais e históricas e não características exclusivas da subjetividade do indivíduo, o que nos mostra mais uma vez que de todas as formas de existir o sujeito *queer* sofre uma repressão, seja ela no seu comportamento, trejeitos, falas e lugares onde

se inclui como pertencente.

Embora muitos progressos, ainda existem muitos tabus enraizados na sociedade atual, bem como a ideia de terapia de conversão que ainda é muito latente em diversos cantos do mundo, onde se acredita em uma reorientação sexual. A exemplo, a organização americana “*National Association for Research and Therapy of Homosexuality*” (NARTH), que enfatiza e disponibiliza treinamentos e maneiras dessa conversão e ressalta que o natural é a relação heterossexual (TIZCAREÑO, 2008). Esse tipo de terapia de conversão apesar de ser algo extremamente fora dos padrões ainda pode ser encontrada de forma clandestinas, em sua maioria realizada por órgãos religiosos e procurado por familiares de indivíduos LGBT, o autor Tizcareño (2008, p. 5) traz falas de diretores do grupo como “o homossexual é por excelência promíscuo, fuma mais que o resto da população, é propenso ao suicídio, fraqueza, “masturbação compulsiva”, “morbidade”, infidelidade, autopunição, violência, “agir contra o desenho de seu corpo”, pederastia e ser maníaco-depressivo.” A vida *gay* não é alegre, mas um inferno. “Em contraste, com as falas anteriores ainda termina mencionando, o heterossexual é masculino, seguro, criativo, protetor e divertido”.

Esse tipo de discurso nos mostra com clareza o lugar em que os homossexuais ocupam de acordo com conservadores heterossexuais, Tizcareño (2008 p.5) ainda complementa “Segundo o NARTH, “os bissexuais estão em pior situação do que os gays e as lésbicas, mais doentes, porque não têm para onde ir”. E ainda relata a respeito de outra identidade sexual “A transexualidade é mais fácil de prevenir. Se, por exemplo, um menino se identifica como menina, imediatamente tudo relacionado à feminilidade deve ser escondido dele, para depois comprar carroças, estradas, soldados e armas.” Esses relatos traz a ideia de que a homossexualidade se

trata simplesmente de uma escolha e que a vivência com materiais/objetos antagônicos ao seu gênero ou pessoas LGBTI se torne algum tipo de aliciamento para ser gay, o que ainda hoje é um discurso muito latente nas famílias tradicionais e conservadoras, atrelando ainda mais uma imagem negativa e marginalizada ao público *queer*.

Esse modelo de discurso faz com que descenda comportamentos provenientes de crimes de ódio ao público LGBTQIAP+, a partir do ponto em que o sujeito passa a acreditar que exista uma cura (TIZCAREÑO, 2008). Em diversos relatos de pessoas que acabaram passando por algum tipo de conversão de sexualidade expõem que as situações impostas dentro do programa são desumanas e que nenhum sujeito deveria passar por quaisquer situações parecidas. A maioria dos discursos de sujeitos provenientes de sua orientação sexual interpelam a repressão e o sentimento de não aceitação, oriundo de uma heteronormatividade compulsória social.

Por fim, deve se compreender que não se baseia em escolha, mas em identidade, o ser do sujeito que nasce sendo quem é.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o discurso de normatividade através do sexo heterossexual, veio então a visão do errado a partir do indivíduo que tivesse algum desejo estranho aos olhos daquele poder existente. De fato, entre os séculos XII e XIV quaisquer que fossem os atos sexuais que não fossem dentro do matrimônio heteronormativo e destinados a procriação eram taxados como doentios e perversos. Nessa perspectiva histórica podemos enxergar um progresso com relação ao fato anterior, mas não podemos deixar de dar ênfase que ainda hoje a discriminação frente ao grupo *queer* é crescente, muitas vezes levando até a morte de alguns indivíduos, devido a homofobia, que pode ser

taxada como crime de ódio.

Como pudemos ler e relatar a crescente taxativa da heteronormatividade compulsória impõe um modelo de normatividade a ser seguido e construído através de valores e poderes tradicionais, “espremendo” a população LGBT-QIAP+ dentro de um armário, um campo onde são denominados como anormais por não seguirem o modelo imposto pelo “socialmente aceito”. Essa cultura de aceitação ultrapassa também os limites de heterossexualidade quando propriamente dentro da própria população queer encontramos tais tipos de discursos sobre ser um homossexual/lésbica cisgênero (se caracteriza pela identificação com o sexo de nascimento), causador de mais repressão pela busca da “normalidade”.

A desinformação a respeito da sexualidade, gênero e identidade proporciona a população LGBT transtornos, medo e segregação de classe, de identidade e de pertencimento, a disseminação de preconceitos, como exemplo, que a população queer que transmite a AIDS, é sem dúvidas um dos maiores exemplos da ignorância taxada pela heteronormatividade compulsória.

A falta de informação e pesquisas direcionadas com respeito ao assunto abordado traz a realidade da dificuldade encontrada para elaboração do trabalho, onde os assuntos buscados eram de difíceis acessos por conta das poucas pesquisas voltadas ao âmbito queer e heteronormatividade compulsória, que de fato descrevam toda essa perspectiva compulsória que assola a comunidade e causa tal segregação social.

É de suma importância que tais assuntos sejam trazidos a superfície sem medo da reação social a partir da imposição do conhecimento a respeito do público queer e da comunidade LGBT-QIAP+, todos os sofrimentos enfrentados, o conhecimento histórico das lutas já travadas e dados computados de agressões e mortes causadas pela

ignorância do não conhecimento e um respeito mútuo das partes devem ser levados sempre como prioridade para uma inserção igualitária do público no âmbito social, para que assim possuam o respeito, e a igualdade que são bases de direitos humanos básicos de qualquer indivíduo, para com isso a psicologia trabalha sempre para o fim de quaisquer segregação social ou desigualdade humanitária, focando sempre na qualidade de vida básica.

O intuito desse trabalho era trazer a visão geral a respeito de quando nasce a sexualidade e se descobria mais a respeito da homossexualidade, essa fase transitória de busca por respeito e lutas travadas, o armário que atualmente continua sendo causa de muito conflito individual pelas inúmeras regras de normatividade social impostas e as dificuldades no âmbito familiar, social, afetivo e todas as consequências em que essa segregação causa no sujeito homossexual. Ser um LGBTQIAP+ é travar todos os dias uma guerra consigo e com o mundo, onde ser você pode custar sua vida.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. et al. - Psicologia, sexualidades e identidades de gênero: guia de referências técnicas e teóricas. Salvador. 2018.
- BUTLER, J. Problemas de Gênero. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARMO, M. S. Pondo na roda as metapragmáticas do armário gay. Goiânia, 2017.
- CASTRO, R. Fonte: Aprovado o casamento gay no Brasil - Raquel Castro (jusbrasil.com.br). 2013.
- COELHO, J. F. da J. - Homofobia, lesbofobia e transfobia. Ceará, 2008.

ERIBON, D. Reflexões sobre a questão gay. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FIGUEREDO, D. P. M. Fonte: Politize: LGBTfobia no Brasil: fatos, números e polêmicas | Politize! 2018

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, edições Graal, 1988.

FREITAS, M. L. Gays contando sua história: Uma análise organizacional lexical e discursiva das narrativas de “sair do armário”. Rio de Janeiro, 2014.

NASCIMENTO, G.C. M.; SCORSOLINI-COMIN, F. A Revelação da homossexualidade na família: revisão integrativa da literatura científica. Temas em Psicologia, v. 26. n. 3; p. 1527-1541, 2018. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2018.3-14Pt>

POLLAK, M. A homossexualidade masculina, ou: a felicidade do gueto? In; ARIÉS, Philipe; BÉJIN, André (Org.). Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade, São Paulo, 1987.

SAGGESE, G. S. R. Quando o armário é aberto: visibilidade e estratégias de manipulação no *coming out* de homens homossexuais. Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS, M. R. Gênero e cultura material: a dimensão política dos artefatos cotidianos. Curitiba. 2016.

TIZCAREÑO, C. R. A Terapia da Culpa. Disponível em: http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgi-lua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=_B&inoid=4173&sid=43. Acesso em 26/03/2022

TOLEDO, L. G. FILHO, F. S. T. Homofobia familiar: abrindo o armário ‘entre quatro paredes’. Rio de Janeiro, 2013.